

**A. I. N °** - 946613400  
**AUTUADO** - VWL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
**AUTUANTE** - ELIZABETE SANTOS CABRAL DE SOUZA  
**ORIGEM** - IFMT/NORTE  
**INTERNET** - 31.03.2009

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACORDÃO JJF N° 0043-02/09**

**EMENTA:** ICMS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. DEIXOU DE PARAR NO POSTO FISCAL DO PERCURSO DO VEÍCULO. EMBARAÇO A FISCALIZAÇÃO. MULTA. Não foi provado o cometimento da infração. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 26/11/2007, traz a exigência da multa no valor de R\$ 296,92, por falta de parada nos postos fiscais do percurso do veículo, transportando mercadorias.

O autuado, às fl. 09 a 14 dos autos, apresenta defesa alegando, preliminarmente, nulidade, tendo em vista a que o autuante não especificou quis as mercadorias transportadas, qual a origem e destino do veículo, qual o local e qual seria o percurso do veículo. Fatos, que, segundo ele, trazem óbice ao exercício da ampla defesa.

Alega que o auto não tem amparo legal, tendo em vista na inexistência de previsão legal para imputar tal infração.

Pede pela improcedência do Auto de Infração, bem como a extinção do procedimento administrativo fiscal instaurado contra o contribuinte.

O autuante, às fls. 25 a 27 dos autos, alega que o autuado utilizou um desvio para não passar no Posto Fiscal Ângelo Calmon de Sá. Aduz que a penalidade só é aplicada quando ficar bem caracterizado o propósito do transportador de impedir ou embarçar a ação fiscal, conforme efetivamente ocorreria.

## **VOTO**

O presente Auto de Infração traz a exigência da multa por descumprimento de obrigação acessória, por não ter o autuado parado no posto fiscal do percurso do veículo, transportando mercadorias.

A multa aplicada tem a função de punir os contribuintes que, intencionado burlar a fiscalização, não param, como devido, nos postos fiscais para a exigida fiscalização das mercadorias que conduzem.

Ocorre que não ficou demonstrado, ou mesmo constatado, que o autuado passou e não parou nos posto fiscal, indicado pelo autuante, pois toda a descrição do Auditor Fiscal foi no sentido de demonstrar que o autuado tentou burlar a fiscalização passando por atalho que desviaria do Posto Fiscal.

É até possível que tenha sido verdade, a intenção do autuado de não passar no posto fiscal, contudo, não se pode aplicar uma penalidade formal, ou mesmo principal, sem que se tenha a absoluta certeza que o fato ocorreria. No presente caso, destarte, não há elementos que assegurem o cometimento da infração, ou seja, que o autuado passou e não parou no posto fiscal.

Além do mais, não há como garantir, apesar da descrição detalhada do autuante, que a utilização do percurso, que optou o autuado, foi deliberadamente com o intuito de evitar o posto fiscal, objetivando dificultar a fiscalização, caracterizando o embarço. Essa afirmação se robustece, na

medida em que não foi detectado nenhum descumprimento de obrigação principal, ou mesmo acessória, que não tenha sido a imputada pelo autuante, que ora considero improcedente.

Isto posto, voto pela improcedência do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração **946613400** lavrado contra **VWL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.**

Sala das Sessões CONSEF, 23 de março de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – RELATOR

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA – JULGADOR